

Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Janeiro/2019



RECIFE
PREFEITURA DA CIDADE

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO
E GESTÃO DE PESSOAS**

Concurso Público para Preenchimento de Vagas de Analista de Gestão Contábil

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Construir cenários positivos sempre auxilia a realizar objetivos.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.
- Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
 - Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
 - Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente na Folha de Respostas serão de inteira responsabilidade do candidato.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6 baseie-se no texto abaixo.

Tempo é dinheiro

O primeiro relógio mecânico de que se tem registro – um artefato movido pelo escoamento da água sobre uma roda – foi inventado no século VIII por um matemático e monge budista chinês chamado Yi Xing. Mas, quando os missionários jesuítas portugueses introduziram na China, no século XVI, o relógio mecânico acionado por pesos e cordas, a novidade provocou sensação e assombro na corte imperial. Mais do que qualquer outra novidade tecnológica europeia, o aparelho deslumbrou os até então reticentes chineses não só pelo engenho e precisão, mas como fonte de enlevo e contemplação.

Os relógios europeus foram recebidos pelos chineses como um convite, um estímulo à meditação sobre o fluxo da existência, e foram tratados como verdadeiros brinquedos metafísicos. Jamais lhes ocorreu, porém, a ideia de tirar proveito daquele dispositivo visando disciplinar a jornada de trabalho, impor o ritmo dos negócios ou pautar a circulação das riquezas entre os consumidores.

(Adaptado de: GIANETTI, Eduardo. **Trópicos utópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 154)

1. Ao observar os primeiros registros históricos de relógios mecânicos, o autor acredita que
 - (A) a primazia dessa invenção deve caber, inquestionavelmente, aos missionários jesuítas portugueses, que para construir seu artefato valeram-se de pesos e cordas.
 - (B) os chineses foram os primeiros a compreender as consequências que traria para a vida moderna a invenção do relógio mecânico introduzido na China no século XVI.
 - (C) a relação que os chineses do século XVI estabeleceram com o artefato dos missionários portugueses era de fundo filosófico e poético, em nada pragmático.
 - (D) os missionários portugueses criaram um poderoso artefato mecânico sem suspeitar que ele pudesse ter qualquer repercussão na vida prática e no mundo dos negócios.
 - (E) a consequência imediata da invenção do relógio português foi o abandono de qualquer reflexão humana sobre o tempo que não estivesse associada ao mundo dos negócios.

2. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *um artefato movido pelo escoamento da água* (1º parágrafo) = um engenho apto a refluir a água.
 - (B) *a novidade provocou sensação e assombro* (1º parágrafo) = a originalidade impactou e atemorizou.
 - (C) *os até então reticentes chineses* (1º parágrafo) = os chineses àquela altura exultantes.
 - (D) *estímulo à meditação sobre o fluxo da existência* (2º parágrafo) = motivo para apreender os impactos da vida.
 - (E) *pautar a circulação das riquezas* (2º parágrafo) = regular o fluxo dos bens econômicos.

3. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
 - (A) Deve ter ficado claro, para o leitor mais atento, a distinção entre a cultura dos ocidentais e a dos orientais, no que dizem respeito ao sentido do tempo e como se deve fluí-lo.
 - (B) Os chineses costumam ser pioneiros no mundo das invenções, ainda que muitas delas, como a do relógio mecânico, tenham surtido efeitos não previstos em sua intenção original.
 - (C) Maravilhados com as sugestões adversas do relógio português, os chineses deixavam de imaginar o quanto em seu próprio invento haveria de contribuir para o mundo dos negócios.
 - (D) Enlevo e contemplação são consequências imprevisíveis para um artefato, cujo sentido prático os portugueses haveriam de empenhar as contrapartidas do seu engenho.
 - (E) Já de há muitos séculos regulados pelos relógios, o mundo dos negócios têm imposto aos homens a convicção que tempo é dinheiro, cujo axioma não soube encantar os místicos chineses.



4. Há adequada transposição de uma voz verbal para outra e plena observância da concordância verbal em:
- (A) Coube aos chineses inventar o primeiro relógio mecânico / Aos chineses couberam ter inventado o primeiro relógio mecânico.
 - (B) No artefato chinês, o escoamento das águas movia uma roda / O escoamento das águas, no artefato chinês, haviam de mover uma roda.
 - (C) Aos chineses deslumbrou o componente poético do relógio português / Com o relógio português, deslumbraram aos chineses seu componente poético.
 - (D) Ao longo dos séculos, o relógio acabou subordinando os homens ao seu ritmo / Os homens acabaram sendo subordinados, ao longo dos séculos, ao ritmo do relógio.
 - (E) O proveito que é tirado de certas invenções nem sempre beneficia a todos / Nem todos tiram de certas invenções o proveito que os beneficiariam.
-
5. A correção do segmento dado é preservada caso se substitua o elemento sublinhado pelo que está entre parênteses no seguinte caso:
- (A) Os chineses inventaram o primeiro relógio mecânico de que se tem notícia (de cujo se sabe).
 - (B) Os missionários portugueses introduziram na China seu relógio mecânico (deram origem à China).
 - (C) Os relógios europeus foram um estímulo à meditação dos chineses (impulso da).
 - (D) Jamais lhes ocorreu a ideia de tirar outro proveito daquele artefato (se apresentou a eles).
 - (E) O ritmo que o relógio impôs aos negócios mantém-se até hoje. (subordinou dos).
-

6. Atente para as seguintes orações:

1. Os portugueses apresentaram um relógio mecânico.
2. O relógio mecânico apresentado pelos portugueses encantou os chineses.
3. Os chineses não imaginavam os efeitos advindos do relógio mecânico dos portugueses.

Essas orações estão coerente e adequadamente articuladas num único período em:

- (A) Sem imaginar os efeitos que adviriam do relógio mecânico que foi apresentado pelos portugueses, os chineses encantaram-se com ele.
 - (B) Ao relógio mecânico apresentado pelos portugueses, os chineses se encantaram, a despeito de não imaginarem quais efeitos lhes adviessem.
 - (C) Ao apresentarem um relógio mecânico, de cujo encantamento se tomaram os chineses, não sabiam estes os efeitos que adviriam dessa invenção.
 - (D) Os efeitos advindos do relógio mecânico apresentado pelos portugueses, não imaginados pelos chineses, ainda assim haveriam de encantá-los.
 - (E) O relógio mecânico apresentado pelos portugueses, encantou os chineses, ainda que não suspeitassem de que tais efeitos acabariam por lhes advir.
-

Atenção: Para responder às questões de números 7 a 11, baseie-se no texto abaixo.

Sobre a amizade

O clássico pensador romano Cícero dizia que nada é mais difícil do que conservar intacta uma amizade até o último dia da vida. Para ele, os interesses e mesmo o caráter dos homens costumam variar com o tempo, por conta dos reveses ou dos sucessos por que passamos. As mais vivas amizades da infância podem não resistir aos anos da adolescência, quando grandes transformações nos atingem.

Mesmo para aqueles cuja amizade resiste por muito tempo, há a possibilidade de desavenças políticas porem tudo a perder. Outras violentas dissensões surgem quando se exige de um amigo algo de inconveniente, como se tornar cúmplice de uma fraqueza nossa, ou quando se lhe pede uma providência que esteja acima de suas forças. Mas essas ameaças à amizade não devem enfraquecer a potência desse sentimento; devem nos lembrar o quanto um amigo é precioso, e quão preciosa será a conservação de sua leal companhia.

(Cláudio Augusto Catilino, inédito)

7. De acordo com as convicções que tinha Cícero sobre a amizade, esta
- (A) perdura até o final de nossas vidas quando temos a sabedoria de evitar os reveses e os contratemplos que esse sentimento implica.
 - (B) tem sua força diminuída nas diferentes passagens da vida porque com o tempo advém o cansaço que todo sentimento intenso nos provoca.
 - (C) se torna inconveniente quando um amigo que obteve grande sucesso por mérito próprio pede que o reconheçamos como uma pessoa bem-sucedida.
 - (D) tende a sucumbir aos compromissos exigentes da vida política, ainda quando não haja atritos ideológicos ou agudas diferenças de opinião.
 - (E) costuma se desgastar conta das variações próprias que a vida nos impõe, sendo por isso um bem raro que se deve buscar preservar.
-



8. A situação na qual se exige de um amigo [...] se tornar cúmplice de uma fraqueza nossa deve ser entendida, no contexto, como referência a
- (A) um sentimento piedoso que nos causa a fraqueza humana.
 - (B) uma convocação que compromete o que seja uma verdadeira lealdade.
 - (C) uma necessidade que só os grandes amigos atendem naturalmente.
 - (D) uma providência que atesta a lealdade incondicional de um bom amigo.
 - (E) um pedido irrecusável quando a amizade é de fato verdadeira.
-
9. Mesmo para aqueles cuja amizade resiste por muito tempo, há a possibilidade de desavenças políticas porem tudo a perder.
- Uma nova redação mantém a clareza, a correção e a coerência básica da frase acima na forma seguinte:
- (A) Existem as possíveis desavenças políticas pelas quais a amizade, ainda quando resista ao tempo, põem a perder-se inteiramente.
 - (B) A amizade cuja resistência ocorre por muito tempo, ainda assim tem a possibilidade das desavenças políticas vierem a perdê-la.
 - (C) As possíveis desavenças políticas, ainda quando naqueles em cuja amizade pode perdurar, costumam colocar tudo a perder.
 - (D) É possível que desavenças políticas façam malograr uma amizade, ainda quando esta tenha mostrado capacidade de resistência.
 - (E) Podem pôr a perder uma duradoura amizade as desavenças políticas, ainda quando se tratam de casos nos quais ocorreu bastante resistência.
-
10. É plenamente aceitável a articulação estabelecida entre os tempos e os modos verbais na frase:
- (A) Muitos não entenderão como um pensador da era clássica, como Cícero, tiver a nos dizer coisas que parecessem ser tão atuais.
 - (B) Segundo Cícero, nada será mais difícil, numa amizade, do que se enfrentássemos adversidades políticas que se ponham diante de nós.
 - (C) Muitas desavenças sérias haverão de surgir quando velhos amigos forem levados a confrontar suas antagônicas posições políticas.
 - (D) Não deveriam jamais ter enfraquecido uma verdadeira amizade aquelas dissensões que vierem a ocorrer ao longo da vida.
 - (E) Se nos lembrássemos sempre do valor de uma amizade verdadeira, houvéssemos de estabelecer um maior controle sobre as desavenças.
-
11. Há correta **flexão das formas verbais** e plena observância das normas para emprego do sinal de **crase** em:
- (A) É a muito custo que preservaremos uma amizade, sobretudo se não contivermos nossos primeiros impulsos.
 - (B) Ele acabará se desfazendo dos amigos a medida que eles virem a contrariar seus ímpetos caprichosos.
 - (C) Uma amizade resiste à toda prova quando, em qualquer das ocasiões da vida, se manter leal e verdadeira.
 - (D) Se aproviesse a alguém construir uma sólida amizade, teria de renunciar as fraquezas mais comuns.
 - (E) Nada poderei fazer em reparo a fragilidade de uma amizade que não advir de uma leal construção.
-

Atenção: Para responder às questões de números 12 a 15, baseie-se no texto abaixo.

[Cartas sem resposta]

Deixamos na terra natal, além de recordações plantadas no ar, pessoas de saúde frágil e idade avançada, às quais prometemos que nossa visita não vai demorar. Mesquinhas preocupações, cansaço, displicência, tédio de viajar por lugares muito sabidos, cisma de avião, tudo isso e pequenos motivos nos afastam da nossa promessa. Acabamos escrevendo apenas cartas. Cartas, cartas! Repetem mecanicamente um carinho que devia ser cálido e físico, carregam abstrações, sombra de beijos, não beijos. E chega um dia em que já não recebemos cartas em resposta às que continuamos a mandar.

(Adaptado de: ANDRADE, Carlos Drummond. **Fala, amendoeira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 167/168)

12. Atentando para o sentido do contexto, o segmento *Cartas, cartas!* deve ser entendido sobretudo como expressão
- (A) do valor que se deve atribuir à fidelidade de uma correspondência regular entre amigos.
 - (B) da valorização que se empresta a um meio de comunicação que vem perdendo prestígio.
 - (C) do equívoco de quem não atribui à correspondência o valor que ela efetivamente tem.
 - (D) do sentido de uma automatização que pode marcar uma determinada prática da correspondência.
 - (E) da prática habitual de se constituir um afeto verdadeiro entre pessoas distanciadas.



13. Expressa-se no texto uma clara **oposição** de sentido entre os elementos:
- (A) *recordações plantadas no ar / pessoas de saúde frágil*
 - (B) *Mesquinhas preocupações / tédio de viajar*
 - (C) *cálido e físico / sombra de beijos*
 - (D) *Repetem mecanicamente / carregam abstrações*
 - (E) *displicência / pequenos motivos*
-
14. O **verbo** indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o elemento sublinhado na seguinte frase:
- (A) Não (**constar**) entre os hábitos modernos a valorização da presença e da constância física do afeto.
 - (B) Aos amigos que deixamos na cidade natal (**cabere**) dispensar toda a nossa atenção.
 - (C) Às pessoas idosas (**reservar**) sempre cada um de nós uma manifestação física de afeto.
 - (D) As cartas que não mais me (**chegar**) indiciam, quem sabe, um definitivo silêncio.
 - (E) Palavras escritas e ditas a muita distância, (**acabar**) por ignorá-las quem as recebe.
-
15. Está plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:
- (A) Cronista dos melhores o poeta Carlos Drummond de Andrade marcou com sua intensa poesia, a prosa que frequentou, e publicou nos jornais.
 - (B) Depois de sair de sua pequena cidade, o poeta Drummond, já fixado no Rio de Janeiro, sentiu que não correspondia aos afetos que deixou na terra natal.
 - (C) Não nos faltam desculpas, confessemos; para tentar justificar junto aos velhos amigos, a distância que deixamos instalar-se, entre nós e eles.
 - (D) Ao final do texto o autor com a delicadeza que o caracteriza, sugere que a falta de resposta, às cartas enviadas pode ser, em si mesma, uma notícia pesada.
 - (E) Muitas vezes acontece, de emprestarmos às cartas, mais que o cumprimento de um afeto o protocolo frio de uma amizade que se conformou com a distância.

Matemática, Raciocínio Lógico-Matemático e Estatística

16. Sabe-se que as seqüências S_1 e S_2 abaixo são diretamente proporcionais ($x > 0$), isto é, a razão entre os elementos correspondentes das duas seqüências é constante:
- Seqüência S_1 : $\{4, x, 16, \dots\}$
- Seqüência S_2 : $\{x, 9, y, \dots\}$
- O valor de y é igual a
- (A) 15.
 - (B) 9.
 - (C) 12.
 - (D) 6.
 - (E) 24.
-
17. Mário e Nelson trabalham em uma mesma repartição pública. Mário, trabalhando sozinho, elabora determinada tarefa em 4 horas e Nelson, trabalhando sozinho, elabora esta mesma tarefa em 6 horas. Às 8 horas e 30 minutos Mário começou a trabalhar nesta tarefa sozinho e às 9 horas e 30 minutos Nelson juntou-se a Mário dando continuidade ao trabalho. Supondo que sejam constantes os desempenhos de Mário e Nelson, o trabalho será finalizado às
- (A) 11 horas e 18 minutos.
 - (B) 10 horas e 48 minutos.
 - (C) 11 horas e 30 minutos.
 - (D) 11 horas e 48 minutos.
 - (E) 10 horas e 40 minutos.



18. Em uma empresa, Alberto, Benito e Carlos ocupam, cada um deles, os cargos de Administrador, Contador e Economista, não necessariamente nessa ordem. Considere as seguintes afirmações:

- I. O irmão de Alberto é o Economista.
- II. Benito que não é o contador enviou um memorando sobre a situação da empresa para o Administrador.

Com base nestas informações, pode-se afirmar que

- (A) Alberto é o Administrador.
- (B) Carlos é o contador.
- (C) Benito é irmão de Alberto.
- (D) o irmão do Economista é o Administrador.
- (E) Alberto não é o contador.

19. Considere a seguinte proposição: "Todos os profissionais formados pela Faculdade Alfa estão empregados.". Admitindo que ela seja falsa, então certamente

- (A) Todos profissionais formados pela Faculdade Alfa estão desempregados.
- (B) Existe pelo menos um profissional formado pela Faculdade Alfa que não está empregado.
- (C) Se o profissional Roberto está desempregado, então ele é formado pela Faculdade Alfa.
- (D) Nenhum profissional formado pela Faculdade Alfa está empregado.
- (E) Alguns profissionais formados pela Faculdade Alfa estão empregados.

20. A empresa Sigma apresenta pela tabela abaixo a distribuição dos salários registrados de seus 100 empregados em reais.

Salários (R\$)	2.000	4.000	5.000	10.000	15.000	TOTAL
Número de Empregados	0	10	40	x	y	100

Não foram fornecidos os números de empregados que ganham R\$ 10.000,00 e R\$ 15.000,00 (denotados na tabela por x e y, respectivamente), mas sabe-se que a média aritmética dos salários é igual a R\$ 8.400,00. O valor da soma da respectiva moda e da respectiva mediana desses salários é, em reais, igual a

- (A) 625y.
- (B) 1.000y.
- (C) 750y.
- (D) 500y.
- (E) 600y.

21. Em uma empresa com 160 funcionários em que 55% são homens e o restante mulheres, decide-se demitir 20 homens e 15 mulheres. Posteriormente, verificou-se que, no novo quadro de funcionários, apenas 1/3 das mulheres possui nível superior completo. Escolhendo aleatoriamente um funcionário no novo quadro de funcionários, a probabilidade de ele ser mulher e não possuir nível superior completo é de

- (A) 15,20%.
- (B) 54,40%.
- (C) 23,75%.
- (D) 30,40%.
- (E) 45,60%.



22. Considere que na curva normal padrão (Z) a probabilidade $P(-2 \leq Z \leq 2) = 95\%$. Uma amostra aleatória de tamanho 400 é extraída de uma população normalmente distribuída e de tamanho infinito. Dado que a variância desta população é igual a 64, obtém-se, com base na amostra, um intervalo de confiança de 95% para a média da população. A amplitude deste intervalo é igual a
- (A) 0,8.
 - (B) 6,4.
 - (C) 1,6.
 - (D) 12,8
 - (E) 3,2.

Noções de Direito Constitucional

23. De acordo com o que estabelece a Constituição Federal sobre o Sistema Tributário Nacional,
- (A) compete concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal, instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas.
 - (B) é vedada aos Municípios e ao Distrito Federal a instituição de contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública, pois tal serviço deve ser custeado pela receita de impostos.
 - (C) a União, mediante medida provisória, poderá instituir empréstimos compulsórios no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.
 - (D) competem à União, em Território Federal, os impostos estaduais e, se o Território não for dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais; ao Distrito Federal cabem somente os impostos estaduais.
 - (E) cabe à lei complementar regular, dentre outras matérias, as limitações constitucionais ao poder de tributar.
-
24. À luz do que disciplina a Constituição da República acerca da Ordem Econômica e Financeira,
- (A) constitui monopólio da União a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro, sendo, inclusive, vedada a contratação de empresas estatais ou privadas para a realização de tal atividade.
 - (B) incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.
 - (C) como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este indicativo para o setor público e determinante para o setor privado.
 - (D) a lei disciplinará, com base no interesse nacional, os investimentos de capital estrangeiro e incentivará os reinvestimentos, sendo vedada, contudo, a remessa de lucros ao exterior.
 - (E) é assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, sempre precedida de autorização dos órgãos públicos.

-
25. A respeito do que estabelece a Constituição Federal sobre as Finanças Públicas,
- (A) o banco central poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros.
 - (B) a competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pela Casa da Moeda.
 - (C) é permitido ao banco central conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade, ainda que não seja instituição financeira.
 - (D) as disponibilidades de caixa da União poderão ser depositadas em qualquer instituição financeira oficial, ressalvados os casos previstos em lei.
 - (E) a lei ordinária disporá, dentre outros assuntos, sobre a fiscalização financeira da Administração pública direta e indireta.

Noções de Direito Administrativo

26. Determinado município implementou reforma administrativa quando da assunção de uma nova gestão. Entre as medidas tomadas estava a criação de empresa estatal cujo escopo seria prestar garantias aos projetos de infraestrutura que o Município viesse a contratar. Além disso, foram unificadas as competências de algumas secretarias, reduzindo o número dessas estruturas na Administração. Por fim, foram extintos cargos e órgãos. A descrição da reforma implementada demonstra que
- (A) foi precedida da edição de lei autorizativa necessária para todas as mudanças implementadas, porque sujeitas à reserva de lei formal.
 - (B) a criação de empresas estatais se deu por meio de lei, em cujo texto constavam as competências e atribuições que foram delegadas aos novos entes.
 - (C) o Município editou ato normativo para todas as medidas de reorganização administrativa, considerando que essa matéria pode ser objeto de decreto autônomo.
 - (D) foi necessária lei autorizativa para instituição da empresa estatal, sem prejuízo de outras medidas, como a extinção de cargos vagos, poder ser implementada por decreto.
 - (E) a reorganização dos órgãos administrativos, envolvendo criação e extinção, dependeram da edição de lei complementar, pois implicam necessariamente a implementação de novas unidades de despesa.

27. Durante a execução de um contrato de concessão de serviço público regido pela Lei nº 8.987/1995 mostrou-se necessário promover alteração quantitativa no valor do contrato, em função da identificação de problemas preexistentes na geologia de uma área. O poder concedente, então, determinou à concessionária a realização das obras necessárias. Essa decisão
- (A) tem natureza de ato administrativo condicionado, pois depende da concordância de terceiro, no caso, a concessionária, para a produção de efeitos.
 - (B) deve ser cumprida pela concessionária em razão da prerrogativa do poder concedente de implementar alterações unilaterais no objeto do contrato.
 - (C) tem natureza de ato administrativo e, como tal, é dotada de autoexecutoriedade, o que obriga a concessionária ao cumprimento, independentemente de requisitos ou condições.
 - (D) não tem natureza de ato administrativo, porque se trata de determinação da Administração pública para execução de atos materiais, as obras, o que configura fato administrativo.
 - (E) pode ser questionada pela concessionária se implicar em majoração superior ao limite legal previsto para alteração unilateral pelo poder concedente.
-
28. Funcionário de uma empresa prestadora de serviços de informática em um órgão da Administração direta municipal ofereceu ao servidor responsável pela gestão do contrato gratificação periódica para que ele atestasse a boa execução dos serviços. Ocorre que os serviços estavam efetivamente sendo bem executados, o que não impediu o servidor de aceitar a gratificação. A conduta descrita
- (A) indica a prática de ato de improbidade pelo servidor, mas não admite a extensão de responsabilidade ao particular, pois não houve prejuízo ao erário, já que os serviços foram bem executados.
 - (B) não configura ato de improbidade por parte do servidor ou do particular, considerando que os serviços foram executados a contento, não ensejando prejuízo ao erário.
 - (C) demonstra dolo por parte do servidor, tipificando ato de improbidade que gera enriquecimento ilícito, independentemente da boa execução dos serviços, o que também não impede a aplicação de sanções ao particular que agiu em conjunto com o servidor.
 - (D) pode implicar infração disciplinar e ilícito civil, mas não pode configurar ato de improbidade, diante da ausência de dolo e de prejuízo ao erário, que recebeu os serviços adequadamente.
 - (E) implica a tipificação de ato de improbidade por parte do servidor, que agiu dolosamente para se enriquecer ilícitamente, não cabendo responsabilização do particular, salvo na esfera criminal, pois não mantém qualquer vínculo com a Administração.

Noções de Direito Financeiro

29. Suponha que em determinado exercício financeiro, o Município tenha arrecadado recursos provenientes de alienação de imóveis, em montante superior àquele previsto na Lei Orçamentária Anual. De acordo com a sistemática constitucional e legal relativa às receitas públicas, tais ingressos financeiros
- (A) constituem receita de capital e não podem, portanto, ser destinados à cobertura de despesas de custeio, ressalvada a possibilidade de destinação por lei aos regimes de previdência social dos servidores públicos.
 - (B) são considerados receitas extraorçamentárias, não passíveis de aplicação em despesas públicas previstas na Lei Orçamentária Anual, em decorrência do princípio da anualidade.
 - (C) redundam em superávit financeiro para o exercício, devendo ser utilizados exclusivamente como fonte para abertura de créditos adicionais.
 - (D) não constituem receita pública, devendo ser registrados apenas no balanço patrimonial do ente, em caráter não devolutivo e impactando positivamente o correspondente patrimônio líquido.
 - (E) são equiparados àqueles provenientes de operações de crédito e, de acordo com a denominada "regra de ouro", não podem superar os limites fixados pelo Senado Federal.
-
30. Suponha que, ao final do exercício financeiro de 2018, o Município não tenha logrado efetuar o pagamento de despesas com contratos de obras relativas a parcelas efetivamente executadas e em relação às quais tenha ocorrido o empenho e liquidação. Referida situação
- (A) enseja a necessidade de registro das referidas despesas como restos a pagar, observado o regime de competência da despesa pública que pertence ao exercício em que foi empenhada.
 - (B) constitui afronta ao regramento constitucional e legal incidente sobre despesas públicas, notadamente no que concerne ao princípio da anualidade, ensejando nulidade da despesa.
 - (C) embora indesejável, não constitui prática vedada, devendo o gestor efetuar o registro dos débitos correspondentes como passivos contingentes para viabilizar o pagamento no próximo exercício.
 - (D) demanda o cancelamento dos empenhos correspondentes e abertura de crédito adicional extraordinário para pagamento por indenização, onerando dotações do orçamento subsequente.
 - (E) configura endividamento público disfarçado, sendo, portanto, passível de aplicação de sanções ao ente, incluindo a proibição de recebimento de transferências voluntárias.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Contabilidade Geral**

31. Em 30/6/2017, a Cia. Só Recursos obteve um empréstimo no valor de R\$ 3.000.000,00 com as seguintes características:
- Prazo total: 4 anos.
 - Taxa de juros compostos: 4,2 % ao semestre.
 - Pagamentos: parcelas iguais e semestrais no valor de R\$ 449.270,70 cada.
- Para a obtenção do empréstimo a empresa incorreu em custos de transação no valor total de R\$ 100.000,00 e a taxa de custo efetivo foi 5,0% ao semestre. O valor total dos encargos financeiros reconhecidos no resultado de 2017, decorrente do empréstimo obtido, foi, em reais,
- (A) 126.000,00.
(B) 121.800,00.
(C) 145.000,00.
(D) 150.000,00.
(E) 226.000,00.
-
32. Em 31/12/2017, a Cia. Santa Joana adquiriu 40% de participação na Cia. São João pelo valor de R\$ 2.000.000,00. O patrimônio líquido da Cia. São João era composto apenas pelo Capital Social, formado por 2.000 ações ordinárias.
- No período de 01/01/2018 a 30/06/2018, a Cia. São João reconheceu as seguintes mutações em seu Patrimônio Líquido:
- Lucro líquido do primeiro semestre de 2018: R\$ 700.000,00.
 - Distribuição de dividendos: R\$ 200.000,00.
 - Ajustes acumulados de conversão de investida no exterior: R\$ 100.000,00 (devedor).
- O valor reconhecido na Demonstração do Resultado da Cia. Santa Joana, no primeiro semestre de 2018, referente ao Investimento na Cia. São João foi, em reais,
- (A) 200.000,00.
(B) 160.000,00.
(C) 240.000,00.
(D) 80.000,00.
(E) 280.000,00.
-
33. A Cia. Beta, ao analisar o processo de produção e venda de seu único produto em um determinado mês, obteve as seguintes informações:
- Custos fixos: R\$ 330.000,00.
 - Custos variáveis:
 - Matéria prima: R\$ 13,00 por unidade.
 - Mão de obra direta: R\$ 7,00 por unidade.
 - Despesas fixas: R\$ 150.000,00.
 - Despesas variáveis: R\$ 30,00 por unidade.
 - Preço bruto de venda: R\$ 200,00 por unidade.
 - Comissões de venda: 5% da receita bruta de venda.
 - Impostos sobre a venda: 10% da receita bruta de vendas.
- Considerando os gastos incorridos pela Cia. Beta no processo de produção de seu único produto e que a empresa adota o custeio por absorção, o ponto de equilíbrio contábil da Cia., em quantidade, é
- (A) 2.200.
(B) 3.200.
(C) 2.750.
(D) 4.000.
(E) 2.667.



34. Em 30/11/2017, a Cia. Comercial apresentava a seguinte situação patrimonial:

– Caixa e Equivalentes de caixa.....	R\$ 96.000,00
– Capital social.....	R\$ 150.000,00
– Fornecedores.....	R\$ 80.000,00
– Imobilizado.....	R\$ 170.000,00
– Depreciação Acumulada.....	R\$ 36.000,00

Durante o mês de dezembro de 2017, a Cia. Comercial realizou as seguintes operações:

- Aquisição de estoque no valor de R\$ 50.000,00, à vista.
- Pagamento de R\$ 18.000,00 aos Fornecedores.
- Obtenção de empréstimo, em 01/12/2017, no valor de R\$ 200.000,00, sendo que a taxa de juros compostos contratada foi de 3% a.m. Os juros serão pagos no vencimento, em 30/11/2019.
- Venda de 40% do estoque disponível por R\$ 120.000,00, à vista.
- Pagamento de despesas gerais referentes ao mês de dezembro de 2017 no valor total de R\$ 15.000,00.
- Aquisição de estoque no valor de R\$ 70.000,00, à vista.

Sabe-se que, na data da aquisição, a vida útil estimada para o imobilizado era 36 meses e o valor residual era R\$ 26.000,00, não tendo ocorrido qualquer alteração nestas estimativas. A empresa adota o método das cotas constantes para cálculo da despesa de depreciação.

O total do Ativo da Cia. Comercial era, em 31/12/2017, em reais,

- (A) 497.000,00.
- (B) 493.000,00.
- (C) 487.000,00.
- (D) 513.000,00.
- (E) 494.000,00.

35. A Cia. Produtora adquiriu, em 31/12/2015, um equipamento por R\$ 800.000,00, efetuando o pagamento à vista. Na data da aquisição, a Cia. estimou a vida útil do equipamento em 10 anos e o valor residual em R\$ 80.000,00. Em 1/1/2017, após um ano de uso, a empresa reavaliou a vida útil do equipamento e determinou que a vida útil remanescente era 15 anos e o valor residual era R\$ 8.000,00. O valor contábil do equipamento evidenciado no Balanço Patrimonial da Cia. Produtora, em 31/12/2017, foi, em reais,

- (A) 680.000,00.
- (B) 672.000,00.
- (C) 701.000,00.
- (D) 693.000,00.
- (E) 694.400,00.

36. A Cia. Vende & Revende comprou, à vista, mercadorias no valor de R\$ 280.000,00, obtendo um desconto de R\$ 14.000,00 em função do volume. Adicionalmente, incorreu nos seguintes gastos que foram pagos à parte:

- Imposto de importação no valor de R\$ 20.000,00.
- Gasto com transporte das mercadorias até a empresa no valor de R\$ 8.000,00.
- Gastos com seguros para transporte das mercadorias até a empresa no valor de R\$ 3.000,00.
- IPI não recuperável no valor de R\$ 6.000,00.
- ICMS recuperável no valor de R\$ 9.000,00.

O valor atribuído ao estoque das mercadorias adquiridas pela Cia. Vende & Revende foi, em reais,

- (A) 312.000,00.
- (B) 297.000,00.
- (C) 303.000,00.
- (D) 286.000,00.
- (E) 292.000,00.



37. A tabela a seguir apresenta as aplicações financeiras realizadas pela Cia. Investidora no dia 1/7/2018, onde são encontradas as características de cada aplicação e a forma de mensuração definida pela empresa para cada uma delas:

Valor Aplicado (R\$)	Data de vencimento	Mensuração definida pela empresa	Taxa de juros compostos	Valor Justo em 31/07/2018 (R\$)
200.000,00	30/4/2020	Mensuração ao custo amortizado	1,5%a.m	202.000,00
250.000,00	31/7/2021	Mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2%a.m	257.000,00
150.000,00	31/12/2022	Mensuração ao valor justo por meio do resultado	1%a.m	154.000,00

O valor total dessas aplicações apresentado no Balanço Patrimonial da Cia. Investidora, em 31/7/2018, foi, em reais,

- (A) 614.000,00.
 (B) 613.000,00.
 (C) 609.500,00.
 (D) 612.000,00.
 (E) 611.000,00.
-
38. A tabela a seguir apresenta informações que foram obtidas das demonstrações contábeis da Cia. Líquida e da Cia. Duvidosa publicadas em 31/12/2017:

Variável	Cia. Líquida	Cia. Duvidosa
Índice de liquidez corrente	2,0	1,5
Ativo não Circulante	R\$ 600.000,00	R\$ 600.000,00
Passivo não Circulante	R\$ 500.000,00	R\$ 400.000,00
Total do Ativo	R\$ 2.400.000,00	R\$ 2.400.000,00
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	10%	10%

Com base nessas informações, é correto afirmar que a Cia.

- (A) Duvidosa apresentou maior passivo não circulante em 31/12/2017.
 (B) Líquida apresentou maior passivo circulante em 31/12/2017.
 (C) Duvidosa apresentou maior patrimônio líquido em 31/12/2017.
 (D) Duvidosa apresentou um montante menor de recursos de terceiros.
 (E) Líquida teve um lucro líquido em 2017 maior do que a Cia. Duvidosa.
-
39. A Cia. Incorporada tinha registrado, em 31/12/17, um ativo intangível com vida útil indefinida (marca X), cujo valor contábil de R\$ 520.000,00 era composto por:

Custo de aquisição..... R\$ 650.000,00.
 Perda por desvalorização (reconhecida em 2016)..... R\$ 130.000,00.

Nesta data, antes de elaborar as demonstrações contábeis, a Cia. realizou o teste de recuperabilidade do ativo intangível e obteve as seguintes informações:

Valor em uso R\$ 470.000,00.
 Valor justo líquido de despesas de venda..... R\$ 670.000,00.

Com base nas informações acima, a Cia. Incorporada, em 31/12/17,

- (A) não fez nenhum registro contábil.
 (B) reconheceu um ganho no valor de R\$ 130.000,00.
 (C) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 50.000,00.
 (D) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 180.000,00.
 (E) reconheceu um ganho no valor de R\$ 150.000,00.



40. Os Balanços Patrimoniais de 31/12/2017 e 30/6/2018, bem como a Demonstração do Resultado do primeiro semestre de 2018 da Cia. A são apresentados a seguir:

Balanços Patrimoniais				(em reais)	
Ativo	31/12/17	30/6/18	Passivo	31/12/17	30/6/18
Ativo Circulante	<u>180.000</u>	<u>520.000</u>	Passivo Circulante	<u>150.000</u>	<u>127.000</u>
Disponível	60.000	270.000	Fornecedores	110.000	40.000
Duplicatas a receber	70.000	130.000	Imposto de renda a pagar	40.000	45.000
Estoques	50.000	35.000	Dividendos a pagar	–	42.000
Adiantamentos a fornecedores	–	85.000			
Ativo Não Circulante	<u>520.000</u>	<u>240.000</u>	Passivo Não Circulante	<u>250.000</u>	<u>270.000</u>
Terreno	250.000	–	Empréstimos	250.000	270.000
Máquinas	300.000	300.000			
(–) Depreciação acumulada	(30.000)	(60.000)	Patrimônio Líquido	<u>300.000</u>	<u>363.000</u>
			Capital social	200.000	200.000
			Reservas de lucros	100.000	163.000
Total do Ativo	<u>700.000</u>	<u>760.000</u>	Total do Passivo + PL	<u>700.000</u>	<u>760.000</u>

Demonstração do Resultado
1/1/2018 a 30/6/2018(em reais)

Receita Bruta de vendas	580.000
(–) Custo dos Produtos Vendidos	(310.000)
(=) Resultado Bruto	270.000
(–) Despesas Operacionais	
Despesas administrativas e gerais	(80.000)
Despesa de depreciação	(30.000)
(+) Outras Receitas Operacionais	
Lucro na venda do terreno	10.000
(=) Resultado Antes do Resultado Financeiro	170.000
(–) Despesa financeira (juros)	(20.000)
(=) Resultado Antes do IR e CSLL	150.000
(–) Despesa com Imposto de Renda e CSLL	(45.000)
(=) Resultado Líquido	105.000

Informações Adicionais:

- A despesa financeira (juros) não foi paga.
- O terreno foi vendido à vista.

O fluxo de caixa decorrente das Atividades Operacionais apurado no primeiro semestre de 2018 pela Cia. A foi, em reais,

- (A) 50.000,00, negativo.
- (B) 40.000,00, negativo.
- (C) 8.000,00, negativo.
- (D) 2.000,00, positivo.
- (E) 35.000,00, positivo.

Contabilidade Pública

41. O art. 35 da Lei nº 4.320/1964 refere-se ao Regime
- (A) Orçamentário que deve ser atendido pelas empresas de economia mista municipais não dependentes.
 - (B) Contábil que deve ser atendido pelas fundações instituídas e mantidas pelo poder público municipal.
 - (C) Contábil que deve ser atendido pela Administração direta municipal.
 - (D) Orçamentário que deve ser atendido pelas autarquias municipais.
 - (E) Contábil que deve ser atendido pelas empresas municipais dependentes.
42. De acordo com a NBC TSP – Estrutura Conceitual, o termo utilizado no contexto dos passivos para se referir ao mesmo conceito de preço líquido de venda utilizado no contexto dos ativos é o
- (A) custo de cumprimento da obrigação.
 - (B) valor de mercado.
 - (C) custo de liberação.
 - (D) preço presumido.
 - (E) custo de reposição.



43. De acordo com a NBC TSP 01, o valor transferido do governo federal para um ente público municipal, para a construção de uma escola, cuja devolução será exigida pelo Governo Federal, caso a escola não seja construída em conformidade com os termos do convênio, é classificado, no ente público municipal, como uma receita de transação
- (A) sem contraprestação, cuja especificação sobre o ativo transferido é denominada restrição.
 - (B) sem contraprestação, cuja especificação sobre o ativo transferido é denominada condição.
 - (C) sem contraprestação, cuja especificação sobre o ativo transferido é denominada transferência.
 - (D) com contraprestação, cuja especificação sobre o ativo transferido é denominada condição.
 - (E) com contraprestação, cuja especificação sobre o ativo transferido é denominada restrição.

44. Um ex-funcionário de um determinado município reclamou na justiça o direito de receber as férias devidas referentes ao período de um ano em que exerceu suas atividades profissionais no ente público municipal. Em 31/12/2016, o saldo da provisão referente à ação trabalhista, cujo autor era o ex-funcionário, era R\$ 3.000,00. Uma nova avaliação da ação trabalhista foi realizada somente em 31/12/2017 e, nesta data, o setor jurídico do município julgou que a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços para liquidar a obrigação presente pelo referido ente era provável e, em 31/12/2017, o valor de tal obrigação foi estimado confiavelmente em R\$ 3.300,00. De acordo com a NBC TSP 03, no ente público municipal, em 31/12/2017, houve
- (A) a reversão de uma provisão.
 - (B) o reconhecimento de um passivo contingente.
 - (C) o desreconhecimento de uma variação patrimonial aumentativa.
 - (D) a evidenciação de um passivo contingente.
 - (E) o reconhecimento de uma variação patrimonial diminutiva.

45. Considere as seguintes informações sobre um lote de enxoval para bebê para distribuição gratuita a gestantes de baixa renda que estava no estoque de um ente público municipal em 31/07/2018:

Preço de Compra:	R\$ 500.000,00
Fretes e Seguros sobre Compra:	R\$ 4.000,00
Abatimentos Obtidos:	R\$ 26.000,00

No dia 31/08/2018, o ente público municipal que adquiriu o lote de enxoval para bebê não havia realizado a distribuição para as gestantes e constatou que, nesta data, o valor realizável líquido do lote era R\$ 470.000,00 e o custo corrente de reposição era R\$ 460.000,00.

Desconsiderando os efeitos dos tributos, o lote de enxoval para bebê foi mensurado, em conformidade com a NBC TSP 04, pelo valor de, em reais,

- (A) 460.000,00 em 31/08/2018.
 - (B) 496.000,00 em 31/07/2018.
 - (C) 504.000,00 em 31/07/2018.
 - (D) 470.000,00 em 31/08/2018.
 - (E) 478.000,00 em 31/08/2018.
46. Um ente público municipal recebeu, em 31/07/2018, um depósito caução no valor de R\$ 68.000,00. Nesse ente público municipal e, nessa data, para a contabilização de
- (A) um ingresso extraorçamentário foi debitada uma conta de ativo permanente.
 - (B) uma variação patrimonial aumentativa independente da execução orçamentária foi debitada uma conta de ativo financeiro.
 - (C) um ingresso extraorçamentário foi creditada uma conta de passivo financeiro.
 - (D) uma variação patrimonial aumentativa independente da execução orçamentária foi creditada uma conta de resultado patrimonial.
 - (E) um ingresso decorrente da execução orçamentária foi debitada uma conta de ativo financeiro.

47. Para o registro contábil da abertura de um crédito adicional especial, uma conta da classe

- (A) Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento é debitada.
- (B) Controles da Execução do Planejamento e Orçamento é debitada.
- (C) Controles Devedores é creditada.
- (D) Variação Patrimonial Aumentativa é creditada.
- (E) Ativo é debitada.

48. Em um ente público municipal, uma variação patrimonial qualitativa decorre do

- (A) lançamento de uma receita tributária.
- (B) pagamento a fornecedor de material de consumo adquirido a prazo.
- (C) recebimento, em doação, de equipamentos sem especificações a eles atreladas.
- (D) reconhecimento de uma provisão trabalhista.
- (E) empenho de despesa com a contratação de serviços de terceiros.



Atenção: Para responder às questões de números 49 e 50, considere as transações a seguir, ocorridas em dezembro de 2018 em um ente público municipal:

- Lançamento e arrecadação de Receita Tributária no valor de R\$ 9.000.000,00.
- Recebimento, no valor de R\$ 1.200.000,00, de créditos tributários inscritos em dívida ativa em outubro de 2017.
- Pagamento dos salários dos servidores, no valor de R\$ 6.350.000,00, referentes a novembro de 2018.
- Empenho e liquidação de despesa corrente com Pessoal e Encargos Sociais, no valor de R\$ 8.600.000,00, referentes a dezembro de 2018. O pagamento da despesa foi realizado em janeiro de 2019.
- Reconhecimento da depreciação mensal do ativo imobilizado no valor de R\$ 1.100.000,00.
- Reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável, no valor de R\$ 200.000,00, referente ao ativo intangível com vida útil indefinida.
- Pagamento, no valor de R\$ 820.000,00, de restos a pagar processados inscritos em 31/12/2017 referentes a despesas correntes com Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

49. Com base nessas transações tomadas em conjunto, em dezembro de 2018, o resultado patrimonial do referido ente público municipal referente ao exercício financeiro de 2018 teve

- (A) uma redução de R\$ 520.000,00.
- (B) um aumento de R\$ 530.000,00.
- (C) uma redução de R\$ 700.000,00.
- (D) um aumento de R\$ 300.000,00.
- (E) uma redução de R\$ 900.000,00.

50. Com base nessas transações tomadas em conjunto, em dezembro de 2018, o saldo do ativo do referido ente público municipal foi

- (A) aumentado em R\$ 1.730.000,00.
- (B) aumentado em R\$ 7.700.000,00.
- (C) aumentado em R\$ 530.000,00.
- (D) reduzido em R\$ 8.470.000,00.
- (E) reduzido em R\$ 1.300.000,00.

51. Em 31/03/2016, a Secretaria de Saúde de um Município empenhou despesa orçamentária no valor de R\$ 80.000,00 referente à aquisição de um veículo para o transporte da população a Municípios vizinhos para o tratamento de saúde. Em 29/04/2016, o veículo foi entregue à Secretaria de Saúde e a despesa orçamentária foi liquidada pelo valor total do empenho. Em 31/05/2016, o veículo foi colocado em condições de uso, mas para isso foi necessário contratar serviços de terceiros – pessoa jurídica, cuja despesa orçamentária no valor de R\$ 10.000,00 foi empenhada em 06/05/2016, cujos serviços foram prestados em maio de 2016 e cuja despesa foi liquidada, pelo valor total do empenho, em 30/05/2016.

No reconhecimento do ativo, a vida útil econômica e o valor residual do veículo foram estimados, respectivamente, em 5 anos e R\$ 12.000,00 e não houve reestimativas desses parâmetros. A Secretaria de Saúde utiliza o método de custo para a mensuração após o reconhecimento e o método das quotas constantes para a apuração da depreciação mensal.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o valor da depreciação acumulada do veículo em 31/12/2018 é, em reais, de

- (A) 15.600,00.
- (B) 46.500,00.
- (C) 40.300,00.
- (D) 34.000,00.
- (E) 35.133,33.

52. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, para a determinação do custo de um ativo intangível adquirido separadamente, deve ser somado ao seu preço de compra o valor dos

- (A) gastos administrativos.
- (B) gastos da fase de pesquisa.
- (C) impostos recuperáveis.
- (D) gastos incorridos na utilização do ativo.
- (E) custos com testes para verificar se o ativo está funcionando corretamente.

53. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a arrecadação de receita de alienação de bens móveis cujo resultado com a alienação foi igual a zero é evidenciada

- (A) na Demonstração das Variações Patrimoniais como uma variação patrimonial aumentativa.
- (B) no Balanço Orçamentário como uma Receita Patrimonial.
- (C) no Balanço Financeiro como um ingresso extraorçamentário.
- (D) na Demonstração dos Fluxos de Caixa como um ingresso dos fluxos de caixa das atividades de investimentos.
- (E) no Balanço Patrimonial como Ajuste de Avaliação Patrimonial.



54. "Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos" e "Receita a Realizar" são, respectivamente, um
- (A) título da classe Variação Patrimonial Diminutiva e um título da classe Controles da Execução do Planejamento e Orçamento.
 - (B) grupo da classe Variação Patrimonial Diminutiva e um título da classe Controles da Execução do Planejamento e Orçamento.
 - (C) grupo da classe Variação Patrimonial Aumentativa e um título da classe Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento.
 - (D) item da classe Variação Patrimonial Aumentativa e um subgrupo da classe Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento.
 - (E) subgrupo da classe Variação Patrimonial Diminutiva e um subgrupo da classe Controles da Execução do Planejamento e Orçamento.
-
55. No dia 26/11/2018, o Sr. Antônio realizou serviços de jardinagem na propriedade onde são desenvolvidas as atividades de um determinado ente público municipal conforme especificado na nota de empenho emitida no dia 19/11/2018 para a realização de despesa com Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física. Além disso, no dia 28/11/2018, o gestor responsável do referido ente público confrontou o contrato assinado com o Sr. Antônio, a referida nota de empenho e os comprovantes da prestação efetiva do serviço. Sendo assim, em 26/11/2018, o saldo da conta
- (A) Crédito Empenhado em Liquidação foi aumentado.
 - (B) Crédito Empenhado a Liquidar foi aumentado.
 - (C) Crédito Empenhado Liquidado a Pagar foi aumentado.
 - (D) Dotação Inicial foi reduzido.
 - (E) Crédito Disponível foi reduzido.

Administração Financeira e Orçamentária

56. As informações abaixo sobre despesas orçamentárias do Poder Executivo de um Município com mais de 50.000 habitantes, referentes ao exercício financeiro de 2018, foram extraídas do seu sistema de contabilidade, sendo que os valores estão em reais:

Elemento de Despesa	Despesa Empenhada	Despesa conforme o Regime de Competência	Despesa Paga
11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	135.000.000,00	95.000.000,00	90.000.000,00
13 – Obrigações Patronais	35.000.000,00	33.000.000,00	32.000.000,00
16 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	15.000.000,00	14.000.000,00	13.000.000,00
43 – Subvenções Sociais	5.000.000,00	4.800.000,00	3.900.000,00
46 – Auxílio-Alimentação	400.000,00	200.000,00	100.000,00

De acordo com as determinações da Lei Complementar nº 101/2000, o valor da despesa total com pessoal do Poder Executivo municipal referente ao exercício financeiro de 2018 foi, em reais,

- (A) 142.200.000,00.
 - (B) 135.000.000,00.
 - (C) 185.400.000,00.
 - (D) 185.000.000,00.
 - (E) 142.000.000,00.
-
57. De acordo com as determinações do Manual de Demonstrativos Fiscais, o valor da despesa total com pessoal referente ao mês de fevereiro de 2018 de um Poder Executivo de um Município com população superior a 50.000 habitantes deve estar evidenciado no Demonstrativo da Despesa com Pessoal que é parte integrante do Relatório
- (A) de Gestão Fiscal, que teve que ser disponibilizado ao acesso público, inclusive em meios eletrônicos, até 30/03/2018.
 - (B) Resumido de Execução Orçamentária, que teve que ser disponibilizado ao acesso público, inclusive em meios eletrônicos, até 30/04/2018.
 - (C) Resumido de Execução Orçamentária, que teve que ser disponibilizado ao acesso público, inclusive em meios eletrônicos, até 30/06/2018.
 - (D) de Gestão Fiscal, que teve que ser disponibilizado ao acesso público, inclusive em meios eletrônicos, até 30/05/2018.
 - (E) de Gestão Fiscal, que teve que ser disponibilizado ao acesso público, inclusive em meios eletrônicos, até 28/02/2018.



Atenção: Utilize as informações a seguir para responder às questões de números 58 a 61.

As seguintes informações, referentes a transações ocorridas no mês de novembro de 2017, foram extraídas do sistema de contabilidade de um determinado ente público municipal:

- Arrecadação de Receitas de Impostos no valor de R\$ 35.000.000,00. Tal receita foi lançada no mês de outubro de 2017.
- Lançamento e arrecadação de Receitas de Serviços no valor de R\$ 5.000.000,00.
- Lançamento de Receitas com Aluguéis e Arrendamentos no valor de R\$ 2.500.000,00. Tal receita foi arrecadada em dezembro de 2017.
- Obtenção de Operação de Crédito no valor de R\$ 1.000.000,00 com vencimento em setembro de 2018. Tal operação de crédito constava na Lei Orçamentária Anual referente ao exercício financeiro de 2017.
- Pagamento de R\$ 50.000,00 a fornecedores referentes a despesas com a aquisição de utensílios de laboratório. Em outubro de 2017, tais utensílios foram entregues pelo fornecedor e a despesa foi liquidada pelo valor total da nota de empenho emitida em setembro de 2017.
- Pagamento, no valor de R\$ 900.000,00, de restos a pagar processados inscritos em 31/12/2016 referentes a despesas com a aquisição de um bem imóvel.
- Amortização de R\$ 80.000,00 referentes ao principal de uma Operação de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária.
- Liquidação de despesa, no valor de R\$ 15.000,00, referente à aquisição de material de construção para reparos em imóveis. A nota de empenho foi emitida em setembro de 2017 e a despesa foi paga em março de 2018 pelo valor total do empenho.
- Empenho, liquidação e pagamento de despesa com Pessoal e Encargos Sociais no valor de R\$ 20.000.000,00.
- Empenho de despesa, no valor de R\$ 5.000,00, referente a Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, contratados para a adaptação de um bem imóvel do edifício-sede do referido ente. A despesa foi liquidada em dezembro de 2017 e paga em janeiro de 2018 pelo valor total do empenho.
- Empenho de despesa, no valor de R\$ 150.000,00, referente à aquisição de luvas de malha de aço. A despesa foi liquidada e paga em fevereiro de 2018 pelo valor total do empenho.
- Devolução de depósito caução no valor de R\$ 35.000,00.

58. O impacto das transações ocorridas no mês de novembro de 2017, tomadas em conjunto, no resultado de execução orçamentária referente ao exercício financeiro de 2017, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, foi

- (A) uma redução de R\$ 12.655.000,00.
- (B) um aumento de R\$ 20.845.000,00.
- (C) um aumento de R\$ 19.935.000,00.
- (D) um aumento de R\$ 20.985.000,00.
- (E) uma redução de R\$ 13.565.000,00.

59. Com base nessas transações tomadas em conjunto, os restos a pagar processados inscritos em 31/12/2017 e a receita de capital arrecadada no mês de novembro de 2017 foram, respectivamente, em reais,

- (A) 20.000,00 e 3.500.000,00.
- (B) 150.000,00 e 41.000.000,00.
- (C) 150.000,00 e 1.000.000,00.
- (D) 20.000,00 e 1.000.000,00.
- (E) 20.000,00 e 41.000.000,00.

60. Com base nessas transações tomadas em conjunto e de acordo com as determinações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o valor dos dispêndios extraorçamentários em novembro de 2017 foi, em reais,

- (A) 1.015.000,00.
- (B) 115.000,00.
- (C) 980.000,00.
- (D) 35.000,00.
- (E) 935.000,00.

61. De acordo com as determinações da Lei Complementar nº 101/2000, a obrigação incorrida com a obtenção da Operação de Crédito no valor de R\$ 1.000.000,00 classifica-se como dívida pública

- (A) ativa.
- (B) corrente.
- (C) fundada.
- (D) mobiliária.
- (E) flutuante.



62. Em setembro de 2018, um determinado ente público arrecadou receitas no valor de R\$ 89.500,00 com "Remuneração de Depósitos Bancários". Assim, de acordo com o Ementário da Receita, a receita arrecadada em setembro de 2018 deve ser classificada quanto à
- (A) espécie como Receita Patrimonial.
 - (B) categoria econômica como Receita de Capital.
 - (C) origem como Receita de Capital.
 - (D) origem como Receita Corrente.
 - (E) espécie como Valores Mobiliários.
-
63. De acordo com as determinações do Manual de Demonstrativos Fiscais, um dos principais objetivos do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida é
- (A) dar transparência às renúncias de receita previstas no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de forma a garantir o equilíbrio das contas públicas.
 - (B) verificar o cumprimento da meta de arrecadação das receitas públicas fixadas na Lei Orçamentária Anual e do resultado primário de forma a garantir o equilíbrio das contas públicas.
 - (C) servir de parâmetro para os limites da despesa total com pessoal e das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária.
 - (D) demonstrar o cumprimento da vedação constitucional quanto à realização de receitas com operações de crédito excedentes ao montante das despesas de capital.
 - (E) dar transparência quanto à suficiência das receitas para a cobertura das novas despesas obrigatórias de caráter continuado.
-
64. De acordo com as determinações do Manual de Demonstrativos Fiscais,
- (A) o Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas integra o Relatório de Gestão Fiscal e possui o objetivo de dar transparência às informações sobre as metas fiscais dos três exercícios anteriores e dos três exercícios seguintes ao exercício a que se refere.
 - (B) o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências evidencia o montante estimado que apresenta probabilidade de vir a ser empregado por um ente público municipal com o objetivo de fazer frente a calamidades públicas.
 - (C) o Balanço Orçamentário de um ente público municipal é um instrumento de planejamento das áreas funcionais e abrange os poderes do referido ente, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo ente.
 - (D) a Lei de Diretrizes Orçamentárias de um ente público municipal deve dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização da Lei Orçamentária Anual, bem como estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração pública direta e indireta do referido ente.
 - (E) o Anexo de Riscos Fiscais de um ente público municipal deve dispor sobre critérios para a execução equitativa das emendas individuais ao projeto de lei orçamentária, bem como procedimentos que devem ser adotados quando houver impedimentos legais e técnicos.
-
65. Um determinado ente público municipal definiu o valor de R\$ 5.500.000,00 para a Reserva de Contingência para o exercício financeiro de 2018. Assim, de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, o ente considerou, no somatório das receitas que serviu de base para a definição do montante destinado a essa reserva, aquelas classificadas como
- (A) Contribuições de Melhoria; Contribuições Econômicas; Contribuições Sociais.
 - (B) Exploração do Patrimônio Imobiliário; Valores Mobiliários; Alienação de Bens Móveis.
 - (C) Exploração de Recursos Naturais; Contribuições Econômicas; Alienação de Bens Imóveis.
 - (D) Contribuições de Melhoria; Alienação de Bens Intangíveis; Cessão de Direitos.
 - (E) Exploração de Recursos Naturais; Alienação de Bens Móveis; Serviços e Atividades Financeiras.
-
66. Em janeiro de 2018, um servidor de um ente público municipal constatou que o valor referente à gratificação pela chefia de departamento que o mesmo tinha direito não estava sendo pago desde novembro de 2017. Em 15/01/2018, o servidor solicitou o pagamento retroativo do montante correspondente ao seu direito de recebimento. Desse modo, após o reconhecimento da obrigação de pagamento pela autoridade competente em janeiro de 2018, um novo empenho foi emitido, liquidado e pago em 30/01/2018. Assim, de acordo com as determinações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a despesa referente ao empenho emitido em 30/01/2018 deve ser classificada no elemento de despesa
- (A) 92 – Despesas de Exercícios Anteriores.
 - (B) 16 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil.
 - (C) 11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.
 - (D) 94 – Indenizações e Restituições Trabalhistas.
 - (E) 91 – Sentenças Judiciais.



67. Observando as metas estabelecidas no Plano Plurianual, um determinado gestor público municipal decidiu construir uma escola para a abertura de 900 vagas no ensino fundamental. Em determinada etapa do processo licitatório e com o intuito de atender às determinações da Lei nº 8.666/1993, foi elaborado um documento em que constavam o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. Assim, tal documento era o
- (A) orçamento detalhado.
 - (B) projeto executivo.
 - (C) projeto básico.
 - (D) termo técnico.
 - (E) termo de referência.
-
68. Em abril de 2018, um determinado ente público municipal verificou que a dotação orçamentária remanescente no crédito orçamentário destinado à aquisição de material odontológico era insuficiente para o empenho da despesa necessária à prestação de serviços em 2018 pelo referido ente. Assim, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, para a abertura do crédito adicional para a execução da despesa com a aquisição de material odontológico em abril de 2018, o ente público municipal poderia utilizar, como fonte de recursos, desde que não comprometido, o
- (A) superávit financeiro apurado em balanço patrimonial de 31/03/2018.
 - (B) resultado patrimonial positivo apurado em balanço financeiro referente ao ano de 2017.
 - (C) superávit financeiro apurado em balanço patrimonial de 31/12/2017.
 - (D) resultado financeiro positivo apurado em balanço financeiro referente ao primeiro trimestre de 2018.
 - (E) resultado patrimonial positivo apurado na demonstração das variações patrimoniais referente ao ano de 2017.
-
69. Em 21/08/2018, um determinado ente público municipal arrecadou receitas no valor de R\$ 900.000,00 com Taxas pela Prestação de Serviços. De acordo com as determinações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, para o registro da receita arrecadada quanto à natureza da informação orçamentária, em 21/08/2018, o ente público municipal utilizou uma conta
- (A) da classe Controles Credores.
 - (B) da classe Variações Patrimoniais Aumentativas.
 - (C) do grupo Variações Patrimoniais Aumentativas.
 - (D) do grupo Controles da Execução do Planejamento e Orçamento.
 - (E) da classe Controles da Execução do Planejamento e Orçamento.

70. De acordo com o princípio orçamentário
- (A) da publicidade, um ente público municipal deve publicar relatórios sobre sua gestão fiscal ao final de cada bimestre.
 - (B) da exclusividade, o exercício financeiro orçamentário de um ente público municipal deve coincidir com o ano civil.
 - (C) da exclusividade, o Poder Executivo municipal deve fazer ou deixar de fazer somente aquilo que o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentária e a Lei Orçamentária Anual expressamente autorizarem.
 - (D) do orçamento bruto, um ente público municipal deve registrar receitas e despesas na Lei Orçamentária Anual pelo valor total e bruto, vedadas quaisquer deduções.
 - (E) da especificação, a Lei Orçamentária Anual não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, exceto a autorização para a abertura de crédito suplementar.

Noções de Direito Tributário

71. A Constituição Federal, no inciso I do *caput* do seu art. 24, estabelece que *Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: (I) direito tributário...*

De acordo com o texto constitucional, no que se refere à competência para legislar sobre direito tributário,

- (A) inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.
- (B) os Estados não têm competência para legislar sobre normas gerais.
- (C) no âmbito da legislação concorrente, a competência da União, desde que exercida por meio de lei complementar, não se limitará a estabelecer normas gerais.
- (D) a superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia de todos os dispositivos da lei estadual, retroagindo seus efeitos à data da publicação da referida lei estadual.
- (E) a competência da União para legislar sobre normas gerais limita-se à matéria relacionada com taxas federais, contribuições em geral e empréstimos compulsórios.



72. A Constituição Federal estabelece várias limitações ao poder de tributar. De acordo com o texto constitucional,
- (A) o aumento do Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU), imposto municipal, por meio de majoração de sua base de cálculo ou de sua alíquota, não está sujeito ao princípio da anterioridade de exercício financeiro.
 - (B) o aumento do Imposto de Serviço Sobre Qualquer Natureza (ISSQN), por meio de majoração de base de cálculo, está sujeito aos princípios da irretroatividade, legalidade, anterioridade nonagesimal e anterioridade de exercício financeiro.
 - (C) a redução do Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), tributo municipal, por meio de diminuição de sua alíquota ou de sua base de cálculo, está sujeita ao princípio da anterioridade de exercício financeiro.
 - (D) o aumento da contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública, de competência municipal, não está sujeito ao princípio da anterioridade nonagesimal.
 - (E) a cobrança de taxas estaduais não está sujeita aos princípios da irretroatividade, anterioridade nonagesimal e anterioridade de exercício financeiro.
-
73. A Constituição Federal, em seu art. 150, estabelece que, sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, instituir impostos sobre
- (A) patrimônio, renda e serviços atinentes a templos de quaisquer cultos, exceto dos dedicados a cultos panteístas ou não monoteístas.
 - (B) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros, inclusive de suas autarquias, fundações e empresas, seja em relação as suas atividades essenciais, seja em relação a qualquer outra atividade.
 - (C) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão e embalagem.
 - (D) templos de qualquer culto, no que diz respeito apenas ao patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais destas entidades.
 - (E) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão e embalagem, sendo que, em relação aos periódicos, a vedação não compreende aqueles que se destinam a mero entretenimento e lazer.
-
74. A Constituição Federal atribui competência aos Municípios para instituir os seguintes impostos:
- (A) Imposto de Serviço Sobre Qualquer Natureza (ISSQN), contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública, Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) e Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).
 - (B) Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública, Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU), Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), contribuição de melhoria, taxas e Imposto de Serviço Sobre Qualquer Natureza (ISSQN).
 - (C) Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU), contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública, Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e Imposto de Serviço Sobre Qualquer Natureza (ISSQN).
 - (D) Imposto de Serviço Sobre Qualquer Natureza (ISSQN), Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU) e Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI).
 - (E) Taxas, Imposto de Serviço Sobre Qualquer Natureza (ISSQN), Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), contribuição de melhoria e Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU).
-
75. De acordo com as normas do Código Tributário Nacional atinentes à legislação tributária,
- (A) as normas complementares podem estabelecer cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos, no tocante às taxas.
 - (B) somente a lei pode estabelecer as hipóteses de dispensa ou redução de penalidades.
 - (C) os decretos podem estabelecer hipóteses de redução de penalidade, mas não sua dispensa.
 - (D) os decretos podem reduzir as alíquotas dos impostos municipais.
 - (E) somente a lei e o decreto podem estabelecer a redução de tributos, mas sua extinção é matéria exclusiva de lei complementar.
-
76. De acordo com o Código Tributário Nacional, a obrigação tributária principal é
- (A) aquela cujo cumprimento o fisco deve exigir em primeiro lugar, sob pena de ocorrência de responsabilidade funcional administrativa.
 - (B) a obrigação acessória cujo cumprimento antecede ao de todas as demais, dentro de determinado período, e no mesmo exercício financeiro.
 - (C) aquela que surge com a ocorrência do fato gerador e que tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.
 - (D) a mais importante de todas as obrigações acessórias, embora seu adimplemento não precise ocorrer, necessariamente, antes do adimplemento das obrigações primárias.
 - (E) aquela cujo cumprimento o fisco deve exigir em primeiro lugar, sob pena de ocorrência de crime funcional.

77. O Decreto-Lei nº 4.657/1942, conhecido originalmente como Lei de Introdução ao Código Civil e, atualmente, como Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, é exemplo de diploma legal que, em alguns de seus dispositivos, estabelece regras atinentes à vigência das leis em geral, no espaço e no tempo. Essa lei continua vigente até a presente data.

O Código Tributário Nacional (CTN), por sua vez, em alguns de seus dispositivos, trata especificamente da vigência da legislação tributária no tempo e no espaço. De acordo com o referido Código, a vigência das leis que tratam de matéria tributária, no tempo e no espaço,

- (A) rege-se, necessariamente, pelas disposições do CTN, quando elas se referirem, expressamente, a contribuinte, base de cálculo e fato gerador de impostos.
- (B) rege-se pelas disposições legais aplicáveis às normas jurídicas em geral, ressalvado o previsto no CTN a esse respeito.
- (C) é matéria a ser tratada por cada uma das pessoas jurídicas de direito público interno, individualmente, nos limites do que estão constitucionalmente autorizadas a editar leis de natureza tributária.
- (D) rege-se apenas pelas disposições do CTN a esse respeito.
- (E) rege-se, exclusivamente, pelas disposições do CTN, quando elas tratarem, expressa ou implicitamente, de contribuinte, base de cálculo e fato gerador de tributos em geral.

78. De acordo com o CTN, a responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração. Segundo esse mesmo Código, NÃO se considera espontânea a denúncia

- (A) de ato ou fato que, simultaneamente, constitua infração tributária, cometida com dolo, fraude ou simulação, e crime contra a ordem tributária, com o objetivo de redução da pena criminal.
- (B) que não seja feita, pessoalmente, a agente do sujeito ativo competente para exigir o tributo relacionado com a denúncia, dentro do prazo de 30 dias contados da data do cometimento da infração.
- (C) de prática infracional que, simultaneamente, constitua crime contra a ordem tributária ou contravenção de natureza grave.
- (D) relativa a infração cometida com dolo, fraude ou simulação.
- (E) apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.

79. De acordo com o art. 142 do Código Tributário Nacional, *compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento*. De acordo com este Código, os créditos tributários podem ser constituídos por meio dos seguintes lançamentos:

- (A) amplo, limitado e restritivo.
- (B) contábil, escritural e originário.
- (C) de ofício, por homologação e por declaração.
- (D) preambular, complementar e suplementar.
- (E) originário, derivado e reparador.

80. No que tange às isenções de impostos, inclusive municipais, o Código Tributário Nacional estabelece que

- (A) a isenção concedida a contribuintes do IPTU não pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.
- (B) a isenção do ISSQN, desde que expressamente prevista em contrato firmado entre o Município e as empresas de construção civil, prescinde da edição de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, bem como o prazo de sua duração.
- (C) a isenção de ISSQN aos prestadores de serviço de hotelaria, concedida para vigorar durante os três meses em que se celebrarão os festejos de 100 anos da emancipação do Município, e desde que o estádio de futebol local esteja pronto para abrigar a sede dos festejos, poderá ser revogada, por ato do chefe do Poder Executivo municipal, se esta autoridade, posteriormente, mudar de ideia e desistir de realizar esses festejos.
- (D) as isenções são formas de extinção do crédito tributário e sua concessão, como regra, dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído.
- (E) a isenção do ITBI, concedida apenas em relação às transmissões onerosas de imóveis localizados a menos de 1.000 metros de distância do pântano existente no território do Município, deve ser efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa.